

Ferramenta gratuita do Ministério da Justiça soma 7 milhões de downloads no país

Criado há dois anos e meio pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ), o aplicativo Sinesp Cidadão ajudou a recuperar 219.479 mil veículos roubados ou furtados em todo o Brasil. Também foram cumpridos 47.158 mandados de prisão de pessoas foragidas.

“Com base em registros criminais, a ferramenta permite que a população identifique motos, carros e caminhões que tenham sido alvos de bandidos e avise à polícia imediatamente, sem que a pessoa precise se identificar”, a secretária nacional de Segurança Pública, Regina De Luca Miki.

Além de checar placas de veículos, o Sinesp Cidadão há pouco mais de um ano e meio oferece outros serviços, como descobrir se há alguma ordem judicial contra uma pessoa. Basta digitar dados básicos, como nome e números de documentos.

O app é gratuito e pode ser baixado em celulares e tablets ou acessado por computadores. Ele está disponível 24 horas por dia, em qualquer lugar com acesso à Internet, e também para as plataformas Android, IOS e Windows Phone. Depois de baixá-lo, é só digitar a placa de qualquer veículo. São mais de 400 milhões de consultas ao aplicativo desde 2013.

Prevenção

Durante a consulta, o aplicativo informa se os dados digitados conferem com os do veículo ou mesmo se há denúncia de que ele foi tomado de assalto de alguém. Nesse caso, a pessoa deve avisar sobre a situação à polícia, para que profissionais treinados apurem o caso. Não é preciso se identificar.

A secretária Regina explica que milhares desses usuários consultaram o sistema e depois acionaram a polícia, que, após checar as denúncias, fez as apreensões e prisões.

"Em inúmeros casos pelo país afora, a polícia foi chamada por usuários do Sinesp Cidadão e descobriu que aquele automóvel seria usado por assaltantes, conseguindo prendê-los antes que cometessem novos crimes", explica Regina. "Há também comunicados sobre locais onde bandidos deixam estacionados veículos que acabaram de furtar, para depois buscá-los para fazer desmanche", exemplifica a secretária.

Fonte: [Ministério da Justiça](#), em 06.05.2016.